

SANTO ANTONIO DO RIO FUNDO: BREVE HISTÓRIA DE UM ENGENHO

Tiago Teixeira Oliveira*

RESUMO: *Durante alguns séculos, a cana-de-açúcar foi a principal fonte da economia da Bahia. O surgimento de inúmeros engenhos de açúcar deveu-se, inicialmente, aos incentivos da metrópole (Portugal). Suas instalações físicas eram complexas, caracterizadas pela casa grande, senzala, capela e engenho. Alguns engenhos se sobressaíam mais do que outros, pela capacidade produtiva. Dentre estes, o Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, pertencente à família Teixeira, situado na freguesia do Rio Fundo, atualmente distrito do município de Terra Nova. Hoje, deste patrimônio existe apenas a casa grande e a capela em condições precárias. Um dos seus principais proprietários foi José Antônio Rodrigues Teixeira, figura reconhecida no Recôncavo por seu poder econômico e político. Sua força se prolonga no cenário baiano, em nível local e nacional, através da inserção de seu filho, João de Lima Teixeira, na vida política. Tem este trabalho como importância um maior conhecimento da minha história.*

Palavras-chave: Engenho de Açúcar; Santo Antônio do Rio Fundo; Família; Poder.

1. INTRODUÇÃO

O anseio em aprofundar a história de um engenho que ainda hoje abriga os descendentes de seus antigos proprietários, família à qual pertencço, me fez vivenciar a experiência de observar por onde perpassam os cruzamentos entre a história e a identidade de um indivíduo e a do recôncavo baiano.

Foi necessário para este trabalho levantar dados sobre engenhos de uma forma geral, para, com as informações referentes, dissertar sobre o Santo Antônio do Rio Fundo, cujas terras pertencem, ainda hoje, à mesma família, perfazendo um total de quase 200 anos.

Utilizei mais a História Oral para construir este trabalho, entrevistando Luiz Carlos Teixeira Costa, atual proprietário, e muitas conversas com minha mãe e tios (descendentes diretos dos antigos proprietários) sobre a fazenda - o Engenho de Santo Antônio do Rio Fundo - e sobre meu avô. E o título deste trabalho surgiu da intenção de demonstrar que o trabalho ainda está no início das pesquisas, tendo a necessidade de avançar com as fontes para ampliar nas discussões do assunto.

2. BREVE HISTÓRICO DE ENGENHOS

Logo no início da colonização portuguesa, as instalações de engenhos de açúcar eram na própria capital. Com o crescimento da cidade do Salvador, os engenhos foram se interiorizando, encontrando o Recôncavo Baiano como solo apropriado para o plantio da cana, pela riqueza de nutrientes, devido a ser uma região banhada por rios e de clima úmido, pela proximidade do litoral.

* Acadêmico do Curso de História com concentração em Patrimônio Cultural da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Orientadora: Professora Rita de Cássia Maria da Silva.

Os engenhos de açúcar eram numerosos no recôncavo. A produção de açúcar, durante alguns séculos, foi o principal interesse da Coroa Portuguesa. As condições naturais da colônia, especialmente as do litoral nordestino, cujo clima quente e úmido e solo de massapé tornava-se o mais propício e indicado para o plantio. Todavia devemos destacar que a escolha do açúcar preenchia o requisito estabelecido pelo capitalismo comercial e reafirmado pelo pacto colonial, que só interessaria à Coroa Portuguesa a produção de um produto de ampla aceitação no mercado consumidor europeu.

Em 1560, o Brasil contava com sessenta e dois engenhos em pleno funcionamento que, para atividade lucrativa, necessitavam de, no mínimo, cinqüenta escravos, quinze juntas de bois, lenha suficiente para ser empregada no cozimento do açúcar. Precisava-se, portanto, de muito capital para iniciar a sua produção.

A instalação de um engenho era um empreendimento considerável, pois abrangia um conjunto de investimentos que iam desde a plantação da cana, até a produção e comercialização do açúcar, passando pela aquisição dos equipamentos necessários à sua transformação e construções diversas, aquisição de escravos - os quais tinham preços variados de acordo com a chegada de navios negreiros que realizavam o comércio com a Bahia - criação de gado, pastagens, carros de transporte e aquisição de lenha, muitas vezes distante dos engenhos. A operação do processamento de cana, até chegar ao seu produto final era uma atividade complexa. Várias fases compreendiam o processo, passando pela extração do líquido, purificação e purgação. A cana era moída, utilizando-se a força animal ou, quando existia água em grande quantidade, utilizando-se a força hidráulica. Estes últimos ficaram conhecidos como Engenhos Reais, por seu tamanho e produtividade.

Mesmo constituindo-se em principal mola de sustentação da produção de açúcar, o engenho não processava todas as tarefas até a obtenção do produto final destinado ao mercado consumidor. No Brasil, como em Portugal, a inexistência de refinarias provocava a transferência de parte considerável dos lucros para as mãos dos negociadores europeus, com destaque para os holandeses, que, além de possuírem navios para o transporte, contavam, ainda, com a técnica, quase sempre guardada em segredo, do refino do açúcar. No Brasil, o açúcar era chamado de barreado porque se utilizava o barro para a sua preparação. Era embarcado nos portos na forma de açúcar mascavo que, na época, possuía pouco valor comercial.

A produção de açúcar e o funcionamento dos engenhos esbarravam freqüentemente no problema de falta de crédito. No século XVI, parte considerável do dinheiro empregado nos engenhos, provinha do estrangeiro, principalmente da Holanda, Itália e Portugal. Já no século XVII, na Bahia, opera-se uma grande mudança, quando os financiamentos passaram a ser concedido por ordens religiosas e beneficentes, assim como por comerciantes enriquecidos. Instituições como a Santa Casa da Misericórdia, a Ordem Terceira de São Francisco, o Convento de Santa Clara do Desterro que cumpriam o papel de financiadores, incluindo juros aos valores aplicados, recebiam, como pagamento, muitas vezes, parte da produção dos engenhos.

A estrutura econômica refletia sempre a estrutura social montada para a extração do lucro pela metrópole, caracterizando a sociedade em uma divisão dicotômica: escravos e senhores. Inicialmente, nos primeiros engenhos estabelecidos no recôncavo, se utilizavam escravos indígenas, pois, praticamente, não existiam escravos africanos nas décadas de 1550 e 1560; muitos desses indígenas eram oriundos de aldeias jesuíticas, que recebiam um parco salário. No engenho Sergipe do Conde, na Bahia, por exemplo, em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho; em 1591 eram 37% e, a partir do ano de 1638, os africanos, somados com os escravos brasileiros, representavam a totalidade de força de trabalho utilizada naquele engenho.

A situação dos escravos trabalhadores no engenho, de modo geral, era de extrema dificuldade, principalmente daqueles que trabalhavam na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras,

pois, freqüentemente, os acidentes resultavam em amputação de braços, e as queimaduras que, por vezes, levavam muitos escravos à morte.

Em situação oposta,

Os senhores de engenho possuíam considerável poder econômico, social e político na vida da colônia, permanecendo, durante todo o Império e início da República, com prestígio na sociedade, embora seu poder econômico houvesse sido abalado pelas diversas crises que afetaram a lavoura da cana-de-açúcar. Eles constituíam uma aristocracia de poder e riqueza, passados de pai para filho (SCHWARTZ, 1988, p. 243).

Freqüentemente o rei concedia títulos de nobreza ou pagamento por serviços prestados, títulos que não passavam para seus herdeiros. Entretanto o negócio da cana costumava trazer riscos consideráveis para os senhores de engenhos, pois o açúcar por eles produzido dependia da oscilação de preços, de uma boa administração e do controle da massa escrava. Muitos foram os senhores de engenhos que conheceram a total decadência da lavoura devido aos problemas de natureza externa que, somados com os internos, levavam famílias tradicionais e ricas, em pouco tempo, à falência.

Algumas famílias, donas de engenhos tradicionais, ocupavam na colônia altos cargos na administração portuguesa, o que colaborava para a superação de algumas dessas crises. Todavia imigrantes com posses e comerciantes que, além da atividade do comércio, também se dedicavam à administração de engenhos, tornaram-se donos de terras e de cultivos de cana-de-açúcar.

O recôncavo baiano foi a mais importante região de cultivo da cana e da produção de açúcar no Brasil. Inicialmente as terras que circundavam a cidade do Salvador eram as mais procuradas e disputadas para o estabelecimento desses engenhos, destacando-se a presença de importantes unidades produtoras como as paróquias de Paripe, Pirajá, Cotegipe e Matoim. Com a gradativa expulsão dos índios, os canaviais foram se expandindo em direção ao longo do Rio Paraguassu e no sul do Recôncavo.

A segunda região de expansão dos engenhos dirigiu-se para as zonas próximas aos rios Sergipe e Subaé, dando origem, posteriormente, às Vilas de São Francisco e Santo Amaro. Em 1587, na região de São Francisco, já havia catorze engenhos, além de uma capela e um convento, construídos na década de 1620 pelos franciscanos. Essa pequena vila deu origem ao povoado de São Francisco do Conde. Isto mesmo aconteceu com a povoação próxima ao rio Subaé, que se transformou em Vila de Santo Amaro, em 1727. Em 1757, a Vila da Purificação já incluía três diferentes zonas de engenho: Patativa com nove engenhos e, do lado oposto do rio Subaé, havia mais cinco engenhos e, à medida que a indústria açucareira adentrou continente, também se verificou a presença de engenhos na paróquia de São Pedro de Tararipe e Rio Fundo. Em princípios do século XIX, a vila de Santo Amaro tinha quatro paróquias e oitenta e cinco engenhos.

Em seguida, na vizinhança de Santo Amaro, existia a freguesia do Rio Fundo, local de grandes engenhos produtores de açúcar. Um deles, o Santo Antônio do Rio Fundo, que, em meados do século XIX até o início do século XX, era uma referência no Recôncavo, pela grande quantidade de açúcar produzida.

3. ENGENHO SANTO ANTÔNIO DO RIO FUNDO

Como foi dito anteriormente, havia a freguesia do Rio Fundo, e lá se ergueu o engenho denominado Santo Antônio do Rio Fundo, como outros, cuja data de fundação só será possível

precisar com uma investigação mais profunda, pois, nos registros de terras da região, não se tem claro o nome do seu fundador. Em alguns livros, existem as menções sobre a sua existência entre os anos de 1857 e 1862, pertencente à família Teixeira. Todavia é possível que, muito antes de essa propriedade pertencer à família Teixeira, tenha tido outro proprietário, pelas características das construções não corresponderem à mesma época da posse da família. No entanto seguiremos os passos desse engenho sobre a responsabilidade dos Rodrigues Teixeira, cujas terras, até então, pertencem à mesma família, o que possibilitou e possibilitará a obtenção de informações para o desenvolvimento deste trabalho.

No ano de 1854, foi registrada no engenho Santo Antônio do Rio Fundo, uma produção “de nove mil arrobas de açúcar e de nove mil camadas de melaço” (IPAC-BA, 1978, p. 250) o que fazia do engenho um dos maiores produtores de açúcar da Bahia. Era uma produção bastante considerável, apesar de possuir trinta e cinco escravos – um número modesto em relação a outros engenhos da região. Isto se explica pelo fato de também receber cana de fazendeiros vizinhos que somente cultivavam, processando o açúcar nas instalações do engenho, o que era pago com parte da produção. A produção não se manteve equilibrada durante todo o seu funcionamento, pois as chuvas constantemente faziam apodrecer a cana, levando os prejuízos a todos os senhores de engenho naquele período.

Sua extensão era de novecentas e dez tarefas de terras, “das quais setecentas e vinte e uma eram de massapê e apenas cento e oitenta e nove de salão” (IPAC-BA, 1978, p. 250), inexistindo terras arenosas.

No mesmo período, a fazenda “trabalhava com oitenta bois e cinquenta cavalos” (IPAC-BA, 1978, p. 250), o que tornava pertinente afirmar ser uma grande fazenda produtora, pois os animais destinavam-se ao trabalho de processamento de açúcar e seu transporte até o porto de embarque, que era o de Salvador. Durante todo o período de intensa produção açucareira, a utilização de animais era destinada mais intensamente ao fabrico do que à simples criação, pois as terras estavam voltadas para o plantio, o que não permitia o desenvolvimento da pecuária.

Ainda que não tenham sido encontrados registros oficiais sobre a construção da casa grande, esta guarda características do século XIX e, ainda hoje, permanece em mãos da família Teixeira, sob os cuidados do Sr. Luiz Teixeira Costa, descendente do seu fundador. Sabe-se, contudo, que o nome do desembargador Paulo Rodrigues Teixeira ficou fortemente marcado na história do engenho Santo Antônio do Rio Fundo, por ter sido a época em que o engenho teve o seu maior desenvolvimento e por ter sido o primeiro membro da família a administrá-lo.

3.1 CASA GRANDE

A casa grande está situada em uma pequena colina de onde é possível avistar, à sua frente, a Usina de Paranaguá. Logo abaixo se encontra a capela, elemento marcante e de tradição na estrutura dos engenhos do recôncavo. É ainda arrodada por canaviais tendo, ao fundo, a vila de São Pedro do Rio Fundo. Nos dias atuais, não existem mais o engenho e a senzala nas estruturas da fazenda.

Trata-se de uma casa descrita no Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia como: uma construção de planta retangular, telhado em “quatro águas” e duas varandas erguidas sobre colunas de “tronco cônicas”. Estas colunas são apoiadas sobre pedestal de “sessão quadrangular” e “capitel toscano com ábaco quadrado”. Interessa notar que, diferentemente das casas erguidas no início do século XIX, as quais eram sempre envolvidas por quatro varandas, na casa do Engenho do Rio Fundo, mantém apenas duas delas em função da construção dos quartos que, colocado em um dos seus lados, foge da tradicional arquitetura colonial. No fundo da construção, existe um anexo, bastante antigo, que servia como cozinha e depósito, o que podemos supor tratar-se de uma parte de uma primeira casa antiga que foi mantida na edificação

posterior, mas tendo o fogão do depósito e a cozinha modificados, recobertos por azulejos. A casa mantém ainda assoalhos e forros originais, em todo o corpo principal, que se encontram em perfeito estado de conservação. O piso situa-se ligeiramente acima do solo, formando um porão que se estende por toda a construção (IPAC-BA, 1978). Do mobiliário original, encontra-se na casa apenas uma pequena estante de prateleiras vazadas. Alguns móveis foram vendidos e outros se encontram ainda em posse de membros da família Teixeira. Os atuais proprietários estão recuperando o velho estilo, decorando-a com móveis de época.

Quando falamos da memória do engenho, é inevitável tratar da relação do Senhor com os trabalhadores, inicialmente escravos, e, posteriormente, assalariados; a do opressor e dos oprimidos. Na época de Paulo Rodrigues Teixeira, podemos falar como ele tinha o poder de controlar a vida de indivíduos que trabalhavam em troca do próprio sustento. Relacionando ao patrimônio, temos a característica de a casa grande ser situada em um morro para obter uma visão ampla e controle sobre a senzala, mantendo assim uma distância entre os dois lados.

Sobre os escravos e trabalhadores se tem de primeira mão o esforço pela comida e pelo sustento da riqueza do patrão. Hoje seus descendentes ainda sofrem por um reconhecimento social e pela luta da sobrevivência.

3.2 CAPELA

Em frente à casa grande, em nível mais baixo, dando as costas para ela e alinhada às casas dos trabalhadores livres e a senzala, onde se recolhiam os escravos, encontra-se a capela destinada a Santo Antônio. Segundo o Inventário do IPAC (1978), a planta da capela é em forma de “T”, um formato arquitetônico muito difundido no século XVIII, principalmente na zona rural do país, embora modificada pelo tipo de esquadria em almofadas em grande relevo. Teve seu telhado reduzido e o seu frontal refeito nesse século, o que transformou completamente o estilo da época, expresso principalmente pela substituição do piso de barro cozido por cerâmica atual. Essas modificações descaracterizaram a capela o que impediu o seu tombamento pelo Patrimônio Histórico do Estado. Nela, encontram-se sepultados o senhor Paulo Rodrigues Teixeira (o fundador) e alguns de seus parentes, filhos e herdeiros.

3.3 OS TEIXEIRA

A família Teixeira adquiriu o engenho Santo Antônio do Rio Fundo por volta da primeira metade do século XIX, passando a propriedade para os herdeiros do coronel Paulo Rodrigues Teixeira, os quais deram continuidade à produção de açúcar no início do século XX. Nesta divisão, a edificação do engenho passou às mãos de seu mais conhecido proprietário, o Dr. José Antônio Rodrigues Teixeira. Este nasceu na cidade de Mata de São João, no recôncavo da Bahia, em 19 de setembro de 1872. Filho do coronel Paulo Rodrigues Teixeira e Miquelina de Araújo Góes Teixeira. Aos 15 anos de idade, viveu uma das maiores mudanças da estrutura do Brasil, a Abolição da Escravatura. Por essas mudanças, desenvolveu nele um lado humanitário.

Conhecido por suas boas relações com seus funcionários, com o povoado em torno do engenho e em toda a região açucareira, foi respeitado por aqueles que viveram nas redondezas, sendo o seu nome – Zeca Teixeira até hoje lembrado na região como um homem de respeito e poder que caracterizaram, freqüentemente, os homens de posse durante toda a história da Bahia. Mas não foi respeitado só pelo lado humanitário, criou-se também um respeito pelo seu poder, o qual ninguém enfrentava.

Formou-se em engenharia agrônômica pela Escola Real de São Bento das Lajes, a primeira escola agrícola da América Latina, fundada por D. Pedro II, com o objetivo de

incentivar e desenvolver a produção agrícola no Recôncavo e, em especial, o cultivo do açúcar, chegando a defender tese sobre o açúcar na Bahia.

Ainda jovem assumiu as responsabilidades sobre o engenho, encontrando dificuldades quanto à produção de açúcar e sua comercialização. Dificuldades de crise econômicas sobre a produção de açúcar, dentre outras, que caracterizaram toda a primeira metade do século XX, devido à crescente produção cafeeira na região Sudeste do Brasil.

Zeca Teixeira administrou o Rio Fundo até sua morte, tornando-se um homem conhecido e de prestígio em toda a região. Foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana de Açúcar da Bahia e também fundador da FEPLANA - Federação dos Plantadores de Cana. Sua influência na política demonstrou que, mesmo com o declínio da lavoura açucareira no século XX, mantinha uma participação social ativa no estado da Bahia.

Reconhecido no Recôncavo Baiano pela sua liderança junto a outros proprietários de terra e à classe trabalhadora, foi indicado para a Assembléia Legislativa, convite ao qual respondeu com a indicação de seu filho, João de Lima Teixeira. Este, um dos fundadores do PTB da Bahia, ocupou um lugar de destaque na Assembléia como presidente, seguindo a carreira política, como deputado federal, senador, chegando a ser Ministro do Supremo Tribunal do Trabalho durante o governo do Presidente Geisel, quando se aposentou, fato confirmado por Maria Lúcia Portugal Teixeira, filha mais nova de Zeca Teixeira.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho, que ainda se encontra em andamento de pesquisa, é pelo fato de sentir a necessidade de ampliar muito mais o meu conhecimento diante do assunto e da minha própria história, pois descobri muitas coisas, como exemplo a produção de açúcar do Santo Antônio do Rio Fundo e a própria história dos engenhos, que tem, no início do seu período, boa parte dos engenhos instalados na capital, e devido ao crescimento da cidade, estes passaram a se interiorizar. A grande produção do Recôncavo Baiano foi fruto deste fator, com encontro de terras de boa qualidade, fazendo da região uma dos maiores produtores de cana do país.

Com uma pesquisa mais específica sobre o Rio Fundo (denominado pela família) e a família Teixeira, visando de início Zeca Teixeira, pretendo pesquisar a mudança de engenho para a fazenda, quais influências das usinas na crise do engenho; a relação da figura de Besouro, ícone da capoeira, com a fazenda e Zeca Teixeira, seu chefe, e a relação com o povoado Passagem dos Teixeira (município de Candeias).

Além disto, acredito que seja de muita importância conhecer mais a cultura da cana de açúcar e a relação dessa cultura com a escravidão no Brasil, e especificamente, na Bahia; as causas e conseqüências de suas crises.

Pude ainda descobrir, nessas investigações, um pouco mais das minhas raízes no que diz respeito à ancestralidade, o que me dá uma maior compreensão, não somente daquele engenho específico, mas também de mim mesmo.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretária de Indústria e Comércio. Coordenação de informação ao turismo. IPAC. Inventário de proteção do acervo cultural. 2v. Monumentos e sítios do Recôncavo. I Parte: in Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, Salvador, 1978, p. 247 – 250.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.



MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** Ed. HUCITEC, São Paulo, 1978.

_____. **Bahia Século XIX: uma província no Império.** 2ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Ignácio Aciolli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia.** [salvador]:Ed Braz do Amaral, 1919. 6v.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder, o mundo dos engenhos no nordeste colonial.** Ed. Brasiliense, CNPQ. São Paulo, 1988.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. 1536 – 1888.** Salvador, ed. Bigraf, 1996 v. II.